

A MULHER ESCRAVA NOS ANÚNCIOS DOS JORNAIS DE SÃO LUIS

Francinete Poncadilha Pereira¹

Os impressos no Brasil tiveram um papel importante nos debates sobre a escravidão, já que por meio deles se promoviam discussões dos que eram a favor ou contra a manutenção do sistema escravista. Todavia, apesar de todos esses discursos acerca da escravidão, na prática houve poucas modificações de forma efetiva nas condições dos escravos, que continuavam sujeitos a exploração tanto física quanto psicológica dos seus proprietários.

Esta situação de exploração fica patente através dos anúncios onde os escravos eram comercializados como uma propriedade qualquer. Tidos como um bem móvel, os escravos tinham sua negociação de compra, venda e aluguel promovidas nos jornais. Os cativos trabalhavam executando todos os serviços de cunho braçal, e no caso específico da “mulher escrava” além de realizarem todas as atividades domésticas, tinha o agravante da comercialização como ama de leite.

No entanto, essa tentativa de coisificação imposta aos escravos pelo sistema escravista não se concretizava totalmente, pois de certa forma os cativos buscavam táticas e mecanismos para tornar seu cotidiano mais “humano”, apesar do cativeiro. Anúncios nos jornais sobre escravos e escravas fugidos, e de partes de polícia denunciando delitos cometidos pelos escravos evidenciam a não aceitação passiva ao jugo da escravidão.

Sobre a importância dos impressos, Martins e Luca (2012) destacam que a história da imprensa está diretamente relacionada com a trajetória política, econômica, social e cultural do país. Desse modo, as autoras concluem que a imprensa é ao mesmo tempo objeto e sujeito da história brasileira. Esse duplo papel valoriza os periódicos como um documento riquíssimo e detalhado para os jornalistas e historiadores, e para todos que se interessarem pela história da imprensa.

O grande número de jornais no Brasil do século XIX mostra como foram ampliados os números do público leitor, apesar dos grandes índices de analfabetismo. Marco Morel (2012) coloca que no Brasil escravista a população era constituída na maioria por escravos e pessoas livres que não sabiam ler. Contudo, havia cruzamentos e interseções entre as expressões orais e escritas, assim como de culturas letradas e iletradas, logo, os debates político ultrapassavam o público estritamente leitor.

¹Estudante de graduação em História Licenciatura pela Universidade Estadual do Maranhão. Bolsista de Iniciação Científica financiada pela FAPEMA.

Vale ressaltar que nesse momento surgem novos agentes políticos nas páginas dos jornais pertencentes aos grupos como os profissionais liberais, homens de cor (negros e pardos alforriados), pobres livres das camadas urbanas e a presença ativa das mulheres. Estas mulheres da classe elevada, segundo Ana Luiza Martins (2012), deixavam de serem somente leitoras e passaram a produtoras de textos, bem como se tornaram o público alvo dos anunciantes que estavam cientes do potencial de consumo dos segmentos voltados para o lar. Será juntamente nesse cenário de produtos anunciados para saúde, beleza e trabalhos domésticos que encontraremos a comercialização de compra, venda e aluguel dos escravos.

A “Imprensa Negra” no Brasil do século XIX também merece destaque, pois nos jornais comandados pelos “homens de cor” letrados eram expostas suas ideias contrárias à manutenção da escravidão. Ana Flávia Pinto (2010) destaca que foi criada uma rede de solidariedade dos grupos negros buscando assim meios legais para promover a cidadania que já era um discurso que vigorava na Europa. Coloca ainda que as ideias europeias desempenharam um papel indispensável, mas não primário, na composição dos pasquins negros.

Os jornais do século XIX analisados na província do Maranhão foram o “Publicador Maranhense” e o “Diário do Maranhão”, esses periódicos veiculavam informações de variadas naturezas, não possuindo uma padronização fixa da distribuição das notícias. Mas, no geral, a primeira página tratava de temas oficiais relacionados ao governo local ou central, onde eram deferidos Editais, Decretos, documentos da Secretaria de Polícia. No decorrer dos periódicos são expostos outros assuntos como Obituários, Folhetim, Festividades, Loteria e por fim vêm os anúncios que oferecem prestação de serviços de profissionais liberais, relato da fuga de escravos. Temos ainda negociação de moradias, joias, acessórios de vestuários, gêneros alimentícios e dos escravos.

A comercialização dos cativos era feita através dos anúncios nos jornais, e essa compra, venda e aluguel dos escravos poderia ser de sujeitos idosos, jovens ou até mesmo de crianças. Nesse sentido, encontramos oferecimento, por exemplo, de aluguel de uma negrinha de 08 a 10 anos própria para entreter uma criança dentro de casa ou de um rapazinho de 11 anos já costumado a servir casa de família. Temos ainda a questão da compra e venda de escravos idosos com finalidade de cuidar de sítios ou trabalhar na cozinha. Estes cativos com diferença etária tão grande entre si revelam que mesmo sendo comercializados com menor valor no mercado, os proprietários tinham lucratividades com os mesmos.

O sistema escravista não respeitava categorias de gênero ou idade, pois se percebe que a exploração de crianças e idosos cativos se desenvolvia de forma corriqueira nos jornais

daquela época. Ademais, as diferenças de gênero também requerem uma melhor problematização, haja vista que tinha atividade desempenhada especificamente pela “mulher escrava” como de mucama e ama de leite.

No Maranhão Oitocentista temos a relevante participação das mulheres cativas na dinâmica econômica da sociedade escravista. Elas trabalhavam na lavoura e realizando atividades domésticas de lavadeiras, cozinheiras e como negras do tabuleiro², entre outros serviços. Os proprietários das escravas procuravam nos anúncios destacar as qualificações das cativas nos serviços de lavar, gomar, coser e cozinhar, e também habilidades na venda de tabuleiro.

A demanda na cidade dos serviços domésticos realizados pelos escravos era ampla, e nos anúncios havia procura por contratação de ambos os sexos. Entretanto, o “predomínio feminino” era maior. Nos anúncios se especificava as idades e qualificações que as cativas deveriam ter a fim de serem melhores comercializadas. Desse modo, temos a descrição de venda de uma escrava de 20 anos boa para costura e servente; outra lavadeira, cozinheira e servente de 48 anos; outra ótima cozinheira e doceira de 30 anos, com duas ingênuas uma de 12 e outra de 09 meses.

O fator de fidelidade e ter bons costumes também eram extremamente ressaltado pelos seus donos, já que estas mulheres cativas iriam adentrar no seio familiar daqueles que as contratassem na forma de aluguel ou viessem a comprá-las. A questão de ser fiel era muito importante, assim temos o anúncio de aluguel que expressava a preferência por esta qualificação: “Precisa-se alugar uma escrava fiel e que saiba vender em tabuleiro”. Mesmo porque a ocorrência de fugas das mulheres cativas enquanto trabalhavam de aluguel ou como negras de ganho era sempre uma possibilidade.

Com relação às ocorrências de fugas sobre mulher escrava nos periódicos analisados, apesar de não serem tão frequente, também aconteciam. No sistema escravista havia alusão à probabilidade das cativas fugirem ser um pouco menor. Talvez por causa dessas mulheres não conseguirem deixar para trás os filhos ou por que de modo geral elas ficariam desamparadas nas ruas cidades, estando mais sujeitas as agressões e abusos sexuais. Na ocorrência de fuga das cativas podemos perceber aspectos como idade, procedência de origem, quem era seu dono, bem como traços particulares destas mulheres escravas.

Assim sendo, temos o caso da escrava Filomena, preta retina, de boa aparência e humilde, solteira, de 20 anos, estrutura regular, com falhas nos dentes da frente do lado

²Mulheres cativas ou libertas que vendiam gêneros alimentícios em tabuleiros pelas ruas da cidade.

superior, e na cabeça do dedo mínimo da mão esquerda, foi comprada pelo senhor Antonio Carlos de Sá Ribeiro de Guimarães. Já sobre a escrava Barbara se relata que ela tinha cor preta, alta de pernas grossas e pés grandes, nariz atilado, boca grande e beiços grossos e com falha no dente da frente, cujo dono era Luiz Antonio Vieira, tendo mãe e irmãos no sítio deste senhor. Outro caso trata da escrava Senhorinha, cor preta, de 40 a 44 anos, com altura regular, magra de pescoço comprido, pés grandes e encarangueijados, tem uma das orelhas próxima a rasgar proveniente do peso da roseta, fala fino, foi vendida a dona Maria JansenBuler.

Nos anúncios de fuga das cativas percebemos que os aspectos físicos e traços que as diferenciam na população são predominantes, já que assim os senhores teriam mais sucesso de reaver estas escravas. Mesmo diante de poucas informações acerca do que teria motivado as fugas ou se elas tinham familiares próximos a quem recorrer, o que fica manifestado nas fugas das escravas é sua luta por liberdade.

Cristiane Jacinto (2008) no estudo sobre as relações de intimidade de sujeitos escravizados na capital de São Luís na segunda metade do século XIX destaca que ambiente urbano promovia certa autonomia dos sujeitos escravizados. Sendo que muitos dos escravos até mesmo moravam fora das casas dos seus donos, o que favorecia o desenvolvimento de uma rede de solidariedade possibilitando os escravos abrir algumas brechas na estrutura escravista.

Na escravidão urbana, Jacinto (2008) explica também que assim como em outras vilas do Brasil, no cenário ludovicense a atividade como negras do tabuleiro era realizada como sucesso pelas mulheres escravas e pobres livres. Essa atividade possibilitava que as negociações ficassem nas mãos das cativas, entretanto, elas tinham que guardar o pecúlio de modo a pagar pela sua alforria e dos seus entes queridos.

Sobre a escravidão urbana, Josenildo Pereira (2001) aponta que nas cidades os escravos moravam em cortiços e ou senzalas dos casarões que ficavam na parte inferior dos edifícios. Destaca ainda que os escravos, por não estarem sob os olhos vigilantes de seus senhores ou de um feitor, com outras possibilidades de mobilização, eram criados de modo a conseguir espaços de autonomia e liberdade.

Neste sentido, Pereira (2001, p. 184) destaca que a prática de pequenos furtos, da embriaguez, da dança, de jogos eram comportamentos que os escravos utilizavam para boicotar a exploração econômica a que estavam submetidos, mesmo que algumas dessas posturas implicassem prisões. Explica ainda que nos jornais maranhenses são muitos os anúncios que tratam sobre esse tema.

De fato, os jornais maranhenses analisados trazem também nas partes de polícia muitas destas ocorrências de prisões por embriaguez e frutos praticados por escravos. Sendo que as mulheres escravas apareciam na grande maioria destas denúncias de escravos que estavam vadiando ou cometendo furtos. Essas ocorrências indicam as táticas de resistências utilizadas pelos cativos para lesar seus senhores, e no tocante a mulher escrava para fugir do serviço. Mott (1991, p. 30) destaca que “algumas escravas tomavam chá de raiz de café que provocava inchaço no corpo todo, o que fazia que fossem dispensadas do serviço até que o inchaço desaparecesse”.

Outra forma de comercialização das mulheres escravas presente nos anúncios dos jornais se refere à exploração da atividade como ama de leite. A maternidade para mulheres cativas era dura e sofrida, já que após o nascimento das suas crias³ geralmente havia a separação dos filhos para amamentarem outras crianças. Neste sentido, Jacob Gorender (1992, p.487) comenta que “poderiam lembrar que a crueldade do senhor que obrigava a escrava abandonar o próprio filho na roda dos expostos a fim de aproveitá-la como ama de leite”.

Nos anúncios dos jornais analisados havia preferência por ama de leite sem cria em caso de aluguel, e quando ocorria à compra ou venda das amas de leite que tinham filhos se procurava destacar suas boas qualidades nos serviços domésticos e dependendo da idade dos filhos das cativas se ressaltava os trabalhos que os filhos das escravas podiam desenvolver.

Desse modo, nos deparamos com anúncios que expunham casos com tais preferências. No sobradinho de três janelas verde-claro na rua do Ribeirão, o anúncio dizia que precisavam de uma ama de leite sem filho sadia e cuidadosa, para cuidar de um menino. Em outro anúncio relatavam precisar de uma ama sadia e que tenha bons costumes, e não tenha cria. Outro anúncio dizia precisar de uma ama de leite, de preferência sem filho, podendo tratar na rua Santa Anna, nº 90.

Os anúncios traziam também casos de compra e venda de cativas com filhos e que já se encontravam grávidas, podendo servir assim como ama de leite. Assim sendo temos anúncio da venda de uma mulata com dois filhos, um de 7 e outro de 3 anos e que achava-se grávida, a qual sabia cozinhar, gomar e fazer doce muito bem, e quem se interessasse podia se dirigir a rua da Alegria em casa da viúva de Domingos do Porto. Outro caso de venda trata-se de uma escrava de 30 anos com dois ingênuos, uma de 12 e outro de 10 meses, sendo boa cozinheira, doceira e rendeira, e quem quisesse comprar podia dirigir-se a rua Vira Mundo, casa n. 8.

³Termo utilizado para designar os filhos dos escravos.

A comercialização das mulheres escravas nos anúncios dos jornais realizando atividade como amas de leite levanta a questão acerca do destino dos filhos destas cativas. Cristiane Jacinto (2008) sugere que mesmo havendo nos anúncios dos jornais a preferência por aluguel da ama de leite “sem cria” e que muitos proprietários de escravos não estarem dispostos a custear despesas dos filhos das cativas, eles não se desfaziam dos recém-nascidos, pois os mesmos podiam significar lucros futuros.

Sendo assim, a exploração dos proprietários das cativas sobre a atividade como ama de leite levava ao destino incerto dos filhos recém-nascidos. Todavia, esta autora coloca que “essas mães possivelmente se utilizavam de estratégias, como buscar o auxílio de amigos ou parentes e também de liberações esporádicas para garantir a amamentação e alimentação de seus filhos” (JACINTO, 2008, p.127).

Nos anúncios percebemos que juntamente com comercialização das amas de leite, havia a exploração dos filhos das escravas. Conforme a Lei do Ventre de 1871 a partir deste ano os filhos dos escravos que nascessem seriam livres. Entretanto, mesmo tendo adquirido tal direito esses pequenos sujeitos viviam no cativeiro já que suas mães continuavam cativas. Esta lei determinava que as despesas de criação dos ingênuos até os 8 anos seria responsabilidade dos donos das escravas, depois disso proprietários poderiam optar pela indenização ou utilizar o trabalho dos ingênuos até os 21 anos.

Por conseguinte, as escravas que obtivessem sua liberdade poderiam levar seus filhos menores de 8 anos consigo e caso fosse vendida seus filhos com idade de até 12 anos iram com elas. Dessa forma, nos anúncios dos jornais se nota que as mulheres escravas que tinham filhos, quanto compradas ou vendidas, os ingênuos geralmente as acompanhavam. Não obstante, Cristiane Jacinto (2008) coloca que a exploração de crianças escravas e dos ingênuos não se diferenciava, já que era constante as denúncias de maus tratos por parte das mães e familiares, que buscavam através da lei garantir melhores condições a estas crianças de diferentes situações jurídicas.

Conclusão

De modo geral, os jornais defendiam interesses particulares de grupos políticos e comerciantes, e são de grande relevância dentro da história, pois mostram as tendências política, econômica e social de uma época. A manutenção da escravidão provocou um grande paradoxo dentro da sociedade brasileira, já que os ideais de cidadania difundidos na Europa influenciaram alguns grupos políticos do Brasil. No entanto, esses ideais não tinham como se

enquadrar numa sociedade onde a base econômica ainda estava pautada na exploração da mão de obra escrava.

Como propriedade jurídica legal, os escravos tinham sua comercialização de compra, venda e aluguel ocorrendo de forma efetiva nos anúncios dos jornais. Todavia, estes sujeitos escravizados não aceitavam de modo passivo a ação exploratória das atividades que exerciam para os seus donos, uma vez que eles buscavam formas de resistências como a vadiagem, os furtos e as fugas para lutar contra a coisificação, visando sempre sua liberdade.

Em suma, percebemos que através dos anúncios nos jornais maranhenses analisados os escravos realizavam todos os serviços manuais. Mesmo sem fazer diferenciação no seu caráter exploratório, havia o predomínio feminino na contratação nos serviços domésticos dos escravos na capital do Maranhão.

Nos anúncios dos jornais analisados notamos também a participação efetiva da mulher escrava na dinâmica econômica da cidade de São Luís. As cativas tinham habilidade que as tornavam valiosas no mercado do sistema escravista. Desse modo, as mulheres escravas tinham suas qualidades dos serviços como cozinheira, costureira, lavradeiras negras do tabuleiro descritas nos anúncios pelos seus proprietários de maneira a serem melhores comercializadas.

Contudo, averiguamos que era a comercialização como ama de leite que atingia a mulher escrava de forma extremamente dura, já que levava a separação geralmente das escravas dos seus filhos recém-nascidos. Uma vez que nos anúncios se preferia alugar amas de leite sem crias, e o destino dessas crianças tornava-se incerto.

Assim sendo, enquanto as mulheres escravas exerciam a atividade como amas de leite seus próprios filhos ficavam desamparados. Todavia, essas cativas buscavam do auxílio de parentes e amigos, bem como os meios legais a fim de garantir a permanência dos filhos ao seu lado. Logo, as mulheres escravas mesmo sendo comercializadas nos anúncios dos jornais, não aceitavam essa situação exploratória de forma passiva e buscavam mecanismos para mudar essa situação de cativeiro.

Referências

Fontes primárias

Jornal Publicador maranhense anos 1852, 1853, 1875, 1879. (APEM)

Jornal Diário do Maranhão anos 1885, 1887. (APEM)

Bibliografia

GORENDER, Jacob. **O Escravismo Colonial**. 6. ed. São Paulo: Ática, 1992.

JACINTO, Cristiane Pinheiro Santos. **Laços & Enlaces**: relações de intimidade de sujeitos escravizados. São Luís: EDUFMA, 2008.

LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza. (orgs). **História da imprensa no Brasil**. 2 ed. São Paulo, Contexto, 2012.

MARTINS, Ana Luiza. Imprensa em tempos de império. In: LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza (orgs). **História da Imprensa no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2012.

MOREL, Marco. Os primeiros passos da imprensa. In: LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza (orgs). **História da imprensa no Brasil**. 2 ed. São Paulo. Contexto, 2012.

MOTT, Maria Lucia de Barros. **Submissão e Resistência**: a mulher escrava na luta contra escravidão. 2 ed. São Paulo: Contexto, 1991.

PEREIRA, Josenildo de Jesus. Na fronteira do cárcere e paraíso: um estudo sobre as práticas de resistências escrava no Maranhão oitocentista. São Paulo, 2001. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2001.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Imprensa negra no Brasil do Século XIX**. São Paulo: Selo Negro, 2010.